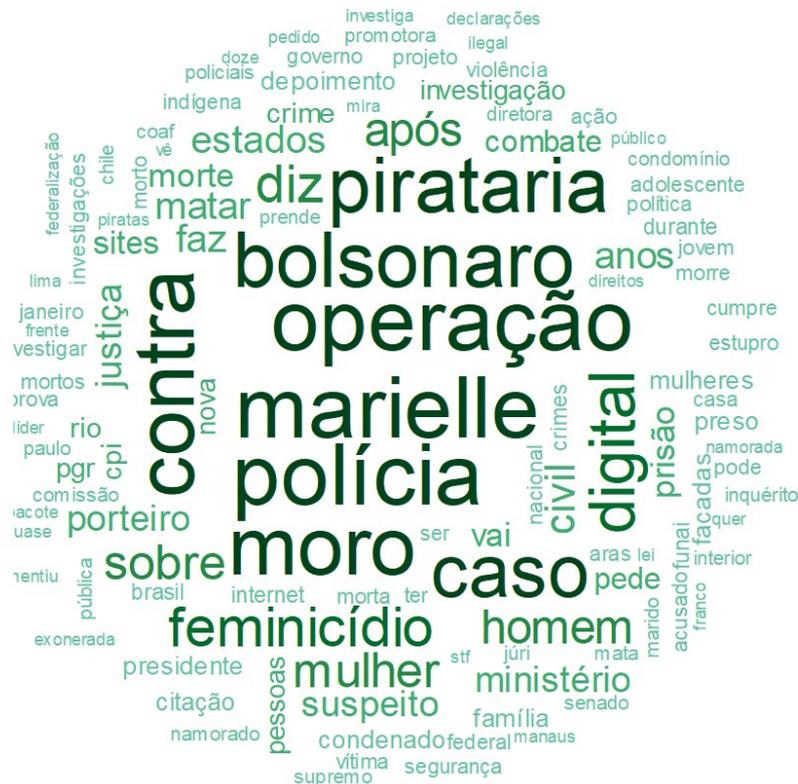


# Imprensa destaca que crime de feminicídio pode ser imprescritível

Investigação do assassinato da vereadora Marielle e do motorista Anderson, além de crimes contra a propriedade intelectual, também ocuparam espaço na mídia

O principal assunto dos noticiários sobre segurança pública nesta semana ficou por conta do tema da violência contra as mulheres. Além dos relatos de casos de feminicídios e violência, como é comum, destaca-se a decisão da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), no dia 31/10, de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os casos de feminicídio da capital federal. Além disso, foi assunto a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 75/2019) para tornar o feminicídio um crime imprescritível. A discussão foi feita no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. O texto terá de ser aprovado em dois turnos no plenário do Senado e da Câmara dos Deputados. Assim, o tema da violência contra mulher continua dominando boa parte das matérias sobre segurança pública, ocupando 30% da mídia.

Enquanto isso, a Operação 404, realizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, juntamente com as Polícias Civis de 12 Estados, também movimentou o noticiário. A Operação teve como objetivo o bloqueio e suspensão de 210 sites e 100 aplicações de streaming que cometiam crimes contra a propriedade intelectual. Dentre estes sites estão os dez campeões em volume de tráfego, que somaram 1,3 bilhões de acessos em 2018. A Operação deflagrou 30 mandados de busca e apreensão em diferentes estados. A capacidade de repercussão em noticiários locais fez com que a Operação tivesse uma alta cobertura da mídia no agregado, com 21%.



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem com as manchetes do textos.

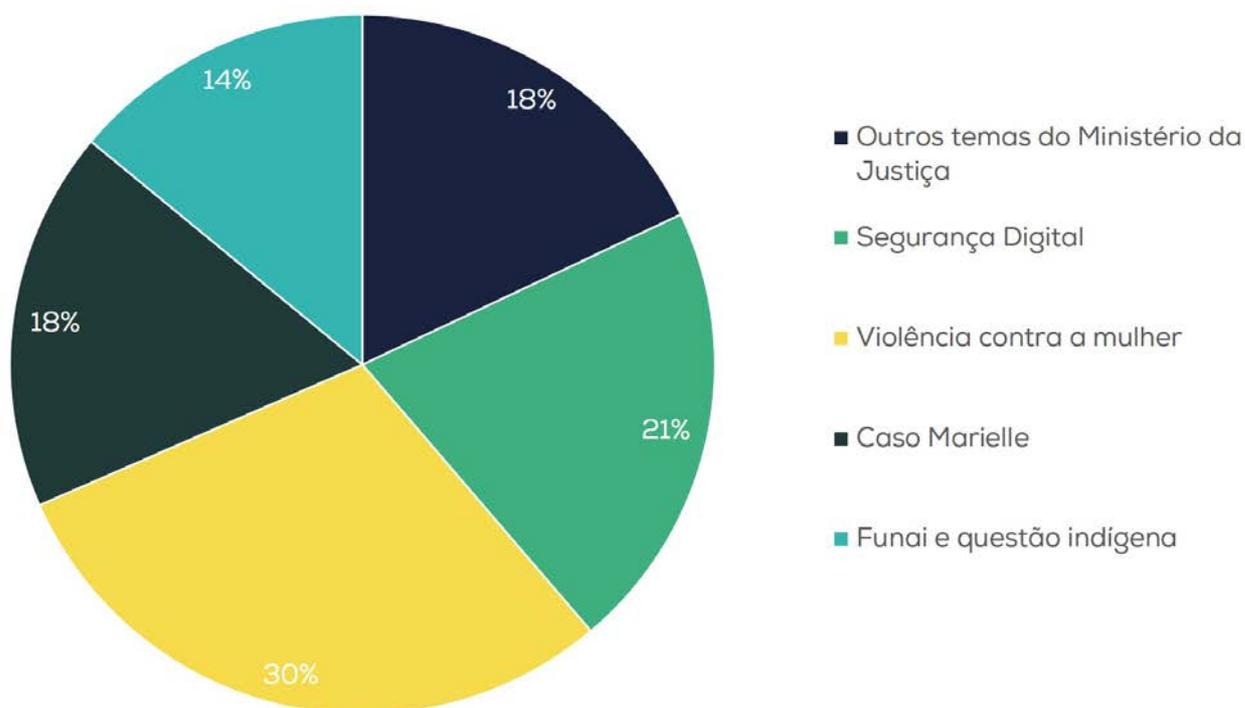
As novidades nas investigações do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes também deram o tom do noticiário da mídia especializada na semana. Na terça-feira (29), reportagem do Jornal Nacional noticia depoimento do porteiro do condomínio Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro, onde o presidente Jair Bolsonaro tem uma casa. O depoimento afirma que Élcio de Queiroz e Ronnie Lessa, presos desde março como principais suspeitos do assassinato da vereadora, haviam se encontrado no local no dia do crime. Mas a principal alegação do porteiro é de que Élcio teria interfonado na casa do presidente, que então teria autorizado sua entrada. Em coletiva de imprensa no dia seguinte, o Ministério Público do Rio de Janeiro apontou inconsistências na fala do porteiro,

afirmando que a prova técnica (gravações da portaria do condomínio) não condiz com o depoimento do porteiro, uma vez que quem teria autorizado a entrada de Élcio de Queiroz no condomínio Vivendas da Barra teria sido Ronnie Lessa, e não Bolsonaro.

A controvérsia se instaura quando, na quarta-feira, o Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Rio de Janeiro (Polícia Civil) questionou o laudo do MP, afirmando que não teria havido uma perícia oficial e que o procedimento padrão para perícias é de aproximadamente 30 dias, dada a complexidade do caso. Por fim, no sábado, o presidente afirmou ter tido acesso às gravações do interfone usado na portaria do condomínio antes "de ela ser adulterada". Debates sobre a possibilidade de o presidente estar cometendo obstrução de justiça ocorreram na mídia.

Também foi alvo de repercussão o pedido feito pelo presidente Bolsonaro ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, no dia 30/10, para que o depoimento do porteiro fosse investigado pela Polícia Federal. O *Fonte Segura* Edição 11 debateu a questão do uso político da PF. As notícias sobre a investigação do assassinato de Marielle representaram 18% do conteúdo da mídia na semana.

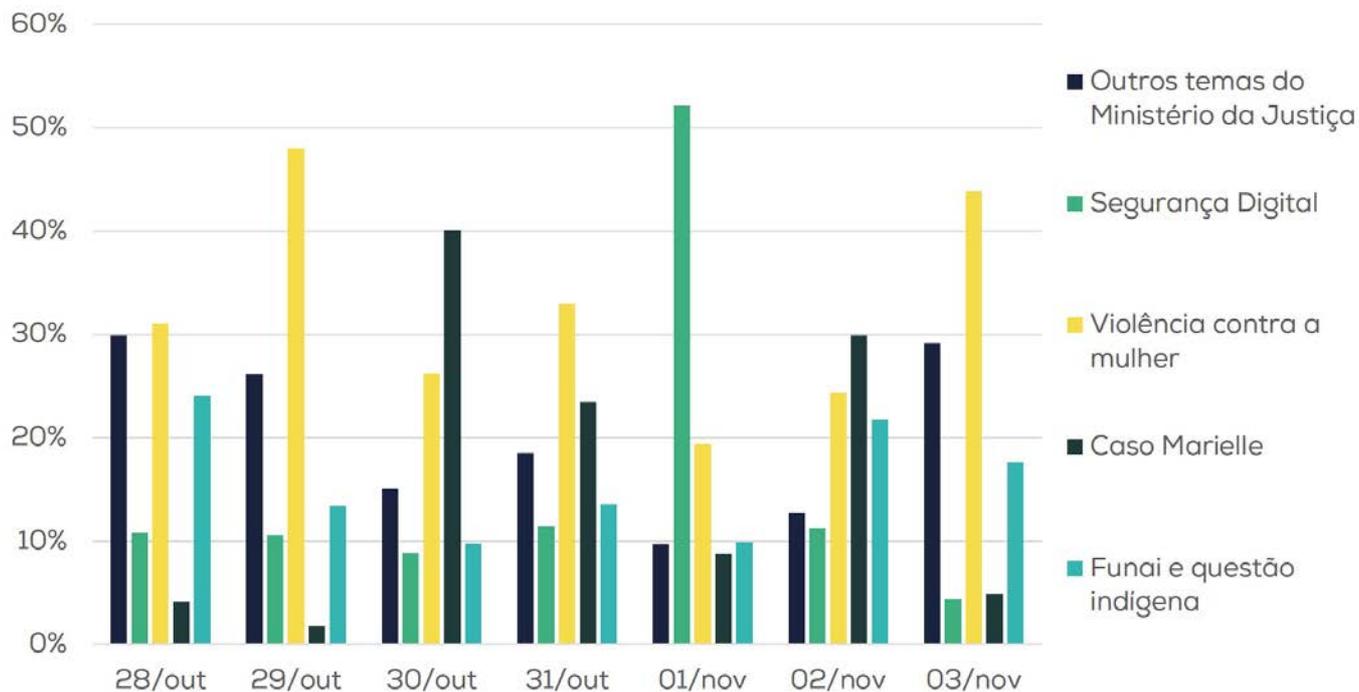
### Principais assuntos na mídia, entre 28/10 e 03/11



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipegem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

Demais temas do Ministério da Justiça contabilizaram 18% do noticiário da segurança pública. Na linha das discussões realizadas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a prisão após condenação em segunda instância, marcada para continuar no dia 07/11, o Tribunal também deve decidir sobre a prisão imediata para condenados por júri popular. No Brasil, o Tribunal do Júri opera em casos de crimes dolosos contra a vida. No dia 30/10, o Ministro Sérgio Moro afirmou que, a depender do resultado das discussões no STF, ele pedirá a retirada do trecho sobre a prisão em segunda instância do "Pacote Anticrime".

### Assuntos na mídia, por dia, entre 28/10 e 03/11



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados de clipagem, utilizando Strucutral Topic Modelling.

<https://backup.forumseguranca.org.br/o-que-foi-noticia/template-1-tema-quente-nvemo-b68k9>

